

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

INSTITUTO EUVALDO LODI - NÚCLEO REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

V PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, DENOMINADO MP RESIDÊNCIA, NO ÂMBITO DO MPRN

CADERNO DE QUESTÕES – ÁREA: JURÍDICA

NOME:

PREZADO(A) CANDIDATO(A), LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno contém 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma valendo 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando 10 (dez) pontos.
2. A sua Nota Final será o somatório dos pontos atribuídos às questões respondidas corretamente, totalizando o valor máximo de 10 (dez) pontos.
3. Verifique este Caderno de Questões. Se estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
4. Cada questão apresenta cinco opções de resposta (A, B, C, D e E), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
5. Você receberá junto com este caderno de questões, a Folha de Respostas. Verifique se os dados impressos na Folha de Respostas estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
6. Após o recebimento da Folha de Respostas, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Preencha seu nome no local indicado de forma **LEGÍVEL**, com caneta esferográfica azul ou preta. Após responder as questões neste caderno, você deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a Folha de Respostas, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões respondidas na Folha de Respostas, com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preenche-la, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. Você dispõe de, no máximo, 3 (três) horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas. O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas após seu término não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, 30 minutos após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá o Caderno de Questões e a Folha de Respostas na sua carteira. Não será permitido ao candidato retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Questões.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s, calculadoras e *smart watches*.

AS QUESTÕES DE 01 A 04 REFEREM-SE A LINGUA PORTUGUESA

01. Na afirmativa “Aquele coração é de pedra”, pode-se identificar qual figura de linguagem?

- a) Metonímia
- b) Metáfora
- c) Cacofonia
- d) Hipérbole
- e) Antítese

02. Na oração “Caminhou rapidamente rumo ao seu destino”, o advérbio destacado indica o sentido de:

- a) Tempo
- b) Lugar
- c) Finalidade
- d) Dúvida
- e) Modo

03. Assinale a alternativa que contém os sinônimos das palavras destacadas na frase a seguir:

“Ela estava no atelier a cerzir e no quintal ele estava a arar”

- a) Cozinhar e lavar
- b) Costurar e regar
- c) Costurar e lavar
- d) Polir e costurar
- e) Lavar e regar

04. Marque a alternativa cuja forma verbal completa corretamente o período a seguir:

“As gestoras _____ de forma que não houve desequilíbrio financeiro”.

- a) Intervieram
- b) Intervêm
- c) Intervirão
- d) Interviram
- e) Interviriam

AS QUESTÕES DE 05 A 07 REFEREM-SE A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO RN

05. Um importante episódio da história colonial do RN, ocorrido em meados do século XVII, é descrito por Câmara Cascudo:

“Rabi conduziu para o Castelo de Keulen cinco reféns, Estevão Machado de Miranda, Francisco Mendes Pereira, Vicente de Souza Pereira, João da Silveira e Simão Correia. Em Keulen estavam presos Antônio Vilela Cid, seu filho Antônio Vilela, o Moço, e João Lustau Navarro. E refugiados, temendo a indiada feroz, encontravam-se o Padre Ambrósio Francisco Ferro, vigário de Natal, Francisco de Bastos, José do Porto (tinha um porto de pesca no rio Ceará-Mirim) e Diogo Pereira. Era o 1º de outubro. No dia 2 chegou o conselheiro Adriaen Bullestraeten. Na manhã de 3 de outubro de 1645 foram esses doze homens levados Potengi acima. Viram logo duzentos indígenas e Antônio Paraupaba escaramuçando num cavalo alegremente. Desceram todos e foram mortos, com refinamentos de tortura. Terminada a primeira leva de mártires, foram a cerca de meia légua do local, e trouxeram os homens sob o pretexto de assinar papéis. Sacrificaram Antônio Baracho, Francisco Dias, o Moço, Manuel Rodrigues de Moura e sua mulher Manuel Álvares Ilha, João Martins e mais sete moços que recusaram aderir aos flamengos, Antônio Fernandes e Diogo Pinheiro (ou Pereira) que morreram matando, e Matias Moreira ou Matheus Moreira, a quem tiraram o coração pelas costas e o mártir ainda gritou: – Louvado seja o Santíssimo Sacramento!”. (CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984, p.83, adaptado.)

Esse acontecimento ficou conhecido como:

- a) Massacre de Cunhaú.
- b) Massacre de Uruaçu.
- c) Confederação do Equador.
- d) Confederação Potiguar.
- e) Confederação Holandesa.

06. Quanto ao envolvimento do Rio Grande do Norte, em especial a cidade do Natal, na Segunda Guerra Mundial, são feitas as seguintes afirmações:

- 1. A cidade do Natal passou a ser conhecida internacionalmente por Trampolim da Vitória.
- 2. A participação da cidade de Natal na Segunda Guerra Mundial foi reduzida, visto que o Brasil declarou neutralidade perante as nações envolvidas no conflito.
- 3. O modo de vida americano penetrou na capital potiguar, alterando hábitos culturais, costumes, vocabulário, entre outros.
- 4. Os natalenses conviveram com o black-out, momento de apagar as luzes a partir de uma hora determinada, medida de proteção militar.
- 5. A cidade de Natal foi usada somente como posto de observação da Força Aérea Brasileira, pela sua posição geográfica determinante, abstendo-se de participar efetivamente do conflito mundial.

Está CORRETO o que se afirma APENAS em:

- a) 1, 2 e 5.
- b) 1 e 2.
- c) 3 e 5.
- d) 1, 3, 4 e 5.
- e) 1, 3 e 4.

07. Sobre o Estado do Rio Grande do Norte são realizadas as seguintes afirmações:

- 1. Situa-se a Nordeste da Região Nordeste Brasileira.
- 2. Tem como limites o Oceano Atlântico a norte e a oeste, a Paraíba ao sul e o Ceará a leste.
- 3. Faz parte do território potiguar o Atol das Rocas, uma reserva biológica marinha no meio do Oceano Atlântico.

Está CORRETO o que se afirma APENAS em:

- a) 1 e 2.
- b) 1, 2 e 3.
- c) 1 e 3.
- d) 1.
- e) 3.

AS QUESTÕES DE 08 A 10 REFEREM-SE A NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

08. Qual dos exemplos abaixo NÃO é um Browser?

- a) Chrome
- b) Internet Explorer
- c) Mozilla
- d) Safari
- e) Windows 10

09. No Windows, quais são os comandos utilizados no teclado para copiar um texto e depois colar, nesta ordem:

- a) CTRL+C e CTRL+V
- b) CTRL+V e CTRL+C
- c) CTRL+B e CTRL+A
- d) CTRL+A e CTRL+B
- e) CTRL+C e CTRL+Z

10. Qual destes programas é utilizado na programação de planilhas de cálculo?

- a) Word
- b) Paint
- c) Power Point
- d) Excel
- e) Access

AS QUESTÕES DE 11 A 40 REFEREM-SE AOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. São fundamentos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- b) A cidadania;
- c) A dignidade da pessoa humana;
- d) A soberania;
- e) O pluripartidarismo.

12. Acerca da classificação ontológica das constituições, conforme a teoria de Karl Lowenstein, a constituição que logra ser realmente cumprida por todos os interessados, limitando efetivamente o poder, de forma a dar máxima correspondência entre o texto e a realidade, é a constituição:

- a) Nominal;
- b) Garantista;
- c) Normativa
- d) Estrutural;
- e) Rígida.

13. O território federal tem a natureza jurídica de:

- a) Entidade administrativa, na modalidade fundação pública;
- b) Entidade administrativa, na modalidade autarquia territorial;
- c) Ente federativo;
- d) Órgão;
- e) Entidade administrativa, na modalidade empresa pública.

14. João, após receber a notificação de que fora “denunciado” em um determinado órgão fiscalizatório, procura o referido órgão para buscar informações acerca da pessoa que o denunciou, tendo o seu pleito negado. Caso João queira ingressar com uma ação para buscar a referida informação, tal instrumento seria:

- a) Mandado de injunção;
- b) Habeas corpus;
- c) Habeas data;
- d) Mandado de segurança;
- e) Reclamação constitucional.

15. É de competência da Justiça Federal processar e julgar, EXCETO:

- a) As causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública e sociedade de economia mista forem partes;
- b) As causas fundadas em contrato ou da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- c) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
- d) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- e) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

16. A entidade da administração direta, não dotado de personalidade jurídica, e objeto da desconcentração, é:

- a) A autarquia;
- b) A sociedade de economia mista;
- c) O órgão;
- d) O território federal;
- e) A fundação pública.

17. Sobre as Autarquias NÃO é correto afirmar que:

- a) Fazem parte da administração indireta, logo estão sujeitas ao regime jurídico de direito privado;
- b) São criadas e extintas por lei;
- c) Desfrutam de patrimônio e receita próprios;
- d) Possuem personalidade jurídica e imunidade tributária;
- e) Possuem gestão administrativa e financeira descentralizada.

18. Com relação à responsabilidade civil do Estado, analise as seguintes afirmativas:

- I - A teoria do risco administrativo também se aplica para as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- II - O agente público causador do dano responde objetivamente perante o Estado.
- III - A responsabilidade por dano nuclear depende da demonstração de culpa.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

19. O Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público é:

- a) O Procurador-Geral da República;
- b) Definido por meio de eleição dentre os membros do Ministério Público que o integram, por maioria simples;
- c) O Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- d) O Presidente do Senado Federal;
- e) Definido por meio de eleição dentre os membros do Ministério Público que o integram, por maioria absoluta.

20. Marque a opção em que, de acordo com a Lei Complementar Estadual 462 de 02 de janeiro de 2012, o MP residente NÃO poderá ausentar-se:

- a) Em razão do falecimento do cônjuge, companheiro, pai, mãe, padrasto, madrasta, filho, enteado, menor sob sua guarda ou tutela, e irmão, por cinco dias;
- b) Para doação de sangue, por um dia;
- c) No caso de nascimento ou adoção de filho, por cinco dias;
- d) Em razão de doença que o impossibilite de comparecer ao local de sua atuação ou em caso de doença infectocontagiosa, por prazo limitado ao período de estágio;
- e) Para capacitação, pelo período de três meses.

21. Dentre as afirmações que seguem, quais estão CORRETAS?

I - A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro consiste em legislação anexa a este Código, mas é autônoma.

II - A LINDB deve ser aplicada apenas à legislação civil.

III - A LINDB tem, como uma de suas funções, regular a vigência e eficácia das normas jurídicas.

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

22. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) As sociedades.
- b) As autarquias.
- c) As organizações religiosas.
- d) Os partidos políticos.
- e) As fundações.

23. Ricardo, filantropo, pretende criar uma fundação dedicada ao fomento da cultura. Para instituí-la, deverá promover dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina. De acordo com o Código Civil, o ato de criação dessa fundação poderá ser realizado:

- a) Por escritura pública ou testamento, desde que público.
- b) Por instrumento particular.
- c) Somente por escritura pública.
- d) Somente por escritura pública ou testamento, inclusive o particular.
- e) Somente por testamento.

24. Sobre o negócio jurídico, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) O Código Civil apresenta os requisitos do negócio jurídico, dentre os quais é incluída a causa.
- b) O falso motivo em um contrato será, em regra, irrelevante para a perfeição do negócio jurídico.
- c) O direito brasileiro não admite a ocorrência de dolo por omissão, pois não há possibilidade de indução em erro quando a pessoa não manifesta a vontade de modo explícito.
- d) O silêncio não pode significar anuência, pois juridicamente quem cala não consente.
- e) Se a lesão ficar caracterizada em um negócio jurídico, não poderá o juiz reconhecer a sanatória do ato.

25. A respeito do princípio da gravitação jurídica, sabe-se que:

- a) Estabelece que a propriedade dos bens acessórios segue a sorte do bem principal, salvo disposição legal ou contratual em contrário;
- b) Permite a aquisição derivada de bens imóveis por usucapião especial;
- c) É norma integrativa que permite ao possuidor do bem a reintegração imediata de sua posse;
- d) É norma geral no ordenamento, podendo ser afastada pela vontade das partes somente em negócios jurídicos gratuitos;
- e) É decorrência dos princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva e determina a necessidade de informar de maneira adequada as partes contratantes.

26. A inimputabilidade é um elemento que faz parte da:

- a) Ilícitude;
- b) Tipicidade;
- c) Culpabilidade;
- d) Capacidade civil;
- e) Litigiosidade

27. A Lei penal brasileira é aplicável aos crimes cometidos em território estrangeiro nos seguintes casos, EXCETO:

- a) Contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço;
- b) Contra o patrimônio ou fé pública de sociedade de economia mista;
- c) Contra a vida ou a liberdade do Vice-Presidente da República, quando praticado por estrangeiro;
- d) Contra o patrimônio ou a fé pública da União;
- e) Contra o patrimônio ou fé pública de empresa pública.

28. Sobre o tempo e o lugar do crime, o CP estabelece que:

- a) Em relação ao tempo do crime, adotou, como regra, a teoria da ubiquidade, e, para estabelecer o lugar do crime, a teoria da ação;
- b) Em relação ao tempo e ao lugar do crime, adotou, como regra, a teoria da ação;
- c) Em relação ao tempo e ao lugar do crime, adotou, como regra, a teoria do resultado;
- d) Em relação ao tempo e ao lugar do crime, adotou, como regra, a teoria da ubiquidade;
- e) Em relação ao tempo do crime, adotou, como regra, a teoria da ação e, para estabelecer o lugar do crime, a teoria da ubiquidade.

29. Pode ser sujeito ativo de infanticídio:

- a) Qualquer pessoa que cometa crime de homicídio contra crianças menores de quatorze anos;
- b) Apenas os pais de criança com menos de trinta dias;
- c) Somente a mãe do recém-nascido;
- d) Os pais da criança recém-nascida;
- e) O pai da criança recém-nascida.

30. Sobre o crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, é CORRETO dizer que:

- a) O sujeito ativo é qualquer pessoa que tenta ou provoca a própria destruição;
- b) O objeto material coincide com seu sujeito passivo;
- c) Admite, no seu tipo subjetivo, a forma culposa, passando a ação penal para a competência do júízo singular ou monocrático;

- d) Trata-se de crime de perigo, vez que basta que o sujeito ativo ameace a vida da vítima;
- e) O sujeito ativo são as pessoas responsáveis pelo suicida, uma vez que possuem o dever legal de cautela.

31. A Cooperação Jurídica Internacional, a qual será regida por tratado de que o Brasil faça parte, observará:

- a) A existência de um órgão similar ao Ministério Público, no Estado estrangeiro;
- b) A obrigatoriedade, por requisição, na transmissão de informações a autoridades estrangeiras;
- c) a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados;
- d) Que a autoridade judiciária do Estado requerente tenha a mesma competência da autoridade Judiciária do Estado requerido;
- e) A existência de diversas autoridades, igualmente competentes, para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação.

32. O julgamento liminar de improcedência, previsto no art. 332 do Código de Processo civil, permite que o juiz, nas causas em que seja dispensada a fase instrutória, independentemente da citação do réu, julgue improcedente a pretensão autoral, se esta contrariar algum dos precedentes estabelecidos no referido dispositivo, com EXCEÇÃO do(a):

- a) Entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;
- b) Enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
- c) Enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local;
- d) Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
- e) Sentença de primeiro grau proferida pelo mesmo juízo onde foi distribuída a ação, quando a referida decisão tiver julgado, incidentalmente, a constitucionalidade de lei ou ato normativo.

33. Acerca da prova testemunhal, no âmbito do Processo Civil, marque a opção INCORRETA. São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função:

- a) O prefeito e os vereadores municipais;
- b) Os deputados estaduais e distritais;
- c) O embaixador de país que, por lei ou tratado, concede idêntica prerrogativa a agente diplomático do Brasil;
- d) Os ministros de Estado;
- e) Os ministros do Supremo Tribunal Federal, os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça e os ministros do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União.

34. Acerca da extinção do processo, sentença e coisa julgada no Processo Civil, marque a alternativa CORRETA:

- a) O juiz extinguirá o processo, sem resolução do mérito, quando o processo ficar parado durante mais de seis meses por negligência das partes;
- b) O juiz extinguirá o processo, sem resolução do mérito, quando homologar a renúncia da ação, por parte do autor;
- c) O juiz extinguirá o processo, sem resolução do mérito, quando reconhecer a existência de perempção, litispendência ou coisa julgada;

- d) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor não depende de requerimento do réu;
- e) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito impede que a parte proponha de novo a ação.

35. Acerca dos recursos no Processo Civil, marque a alternativa CORRETA

- a) Não é possível impugnação parcial da decisão judicial;
- b) A desistência e renúncia do recurso, depende da aceitação da parte adversa;
- c) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses;
- d) A apelação não terá efeito suspensivo;
- e) Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, devendo ser recolhido o respectivo preparo.

36. Nos crimes de ação penal de iniciativa privada,

- a) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar
- b) A renúncia é ato unilateral, voluntário e necessariamente expresse;
- c) A perempção pode ocorrer no curso do inquérito policial;
- d) O perdão do ofendido somente é cabível antes do exercício do direito de ação;
- e) A renúncia ao exercício do direito de queixa se estenderá a todos os querelantes.

37. Em relação ao inquérito policial, é CORRETO afirmar que:

- a) Depois de ordenado seu arquivamento pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia;
- b) Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial pode iniciar o inquérito policial mediante notícia de crime formulada por qualquer do povo;
- c) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, quando se convencer acerca da atipicidade da conduta investigada;
- d) Uma vez relatado o inquérito policial, não poderá ser devolvido à autoridade policial, a requerimento do Ministério Público;
- e) O sigilo total do inquérito policial pode ser oposto ao indiciado, de acordo com entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.

38. Nos termos da Lei no 11.340/2006 (Lei Maria da Penha):

- a) A mulher vítima será inquirida sempre com intermediação de profissional do sexo feminino especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.
- b) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino.
- c) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores, preferencialmente do sexo feminino e previamente capacitados.
- d) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino.
- e) A mulher vítima será inquirida sempre com intermediação de profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial.

39. Diz o artigo 76, caput, da Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais) que "Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta." Não se admitirá a proposta, nos termos do § 2º, se ficar comprovado:

- a) ter sido o agente beneficiado, anteriormente, no prazo de 10 (dez) anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa.
- b) ter o agente descumprido condições de suspensão condicional do processo.
- c) não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
- d) não tiver sido realizada a composição civil dos danos.
- e) ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime ou contravenção penal, à pena privativa de liberdade ou restritivas de direitos, por sentença definitiva.

40. Quanto à interceptação telefônica, regulada pela Lei 9.296/96, é CORRETO afirmar:

- a) A mesma pode ocorrer em qualquer fase processual e somente se procede de ofício.
- b) Será sempre admitida pelo Juiz e depende obrigatoriamente de requerimento do Ministério Público.
- c) Não se admite quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- d) Sempre poderá ser prorrogada, indefinidamente, e sem a necessidade de nova ordem judicial enquanto durarem as investigações.
- e) O resultado da interceptação, acompanhado de auto circunstanciado, deve ser apensado nos autos do processo criminal, por decisão judicial, após o trânsito em julgado da sentença definitiva.